



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resolução CNMP nº 71/2011 X Resolução CNMP nº 293/2024

**ATUAÇÃO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO
DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO**

A **Resolução CNMP nº 293/2024**, publicada em 03/07/2024, trouxe importantes mudanças na sistemática de inspeções obrigatórias nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, revogando a Resolução CNMP nº 71.

1) Principais alterações:

- (a) Períodos de realização: continua sendo semestral porém no primeiro semestre (entre os meses de fevereiro de abril), os(as) membros(as) responsáveis devem encaminhar formulário amplo e minucioso acerca do serviço fiscalizado, ao passo que no segundo semestre (entre os meses de setembro a novembro), embora seguindo os mesmos parâmetros da primeira visita, será comprovada a presença no serviço por meio de termo de comparecimento sintético no sistema de resoluções do CNMP;
- (b) Ampliação do formulário da visita do primeiro semestre, com a inclusão de novas perguntas;
- (c) Determinação da instauração de procedimento administrativo (Resolução CNMP nº 174/2017), para a juntada dos relatórios e tomada de providências cabíveis referentes a cada serviço/entidade, o que permitirá a preservação da memória das visitas realizadas e das medidas adotadas em razão delas, inclusive para controle das Corregedorias-Gerais;
- (d) Fortalecimentos da articulação intersetorial de rede para prevenir ou abreviar as situações de acolhimento, estabelecendo a obrigatoriedade da participação do Ministério Público nas audiências concentradas previstas no Provimento nº 118/2021 do Conselho Nacional de Justiça;
- (e) Adoção de providências por parte do *Parquet* na hipótese de infantes acolhidos em serviços distantes de suas residências;
- (f) Nos casos de crianças e adolescentes acolhidos por tempo superior ao previsto em lei, adoção de medidas pelo Ministério Público no sentido de garantir a convivência familiar e comunitária, a autonomia do acolhido e sua preparação para a vida adulta;
- (g) Previsão de orientações específicas para evitar a banalização do acolhimento emergencial pelo Conselho Tutelar;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

(h) Atualização dos anexos, permitindo que o membro do Ministério Público identifique possíveis irregularidades nos serviços, além de gerar dados fidedignos em âmbito nacional para balizar as políticas públicas com base nas evidências coletadas.

2) Quadro comparativo:

RESOLUÇÃO Nº 71/2011	RESOLUÇÃO Nº 293/2024
	Art. 1º Esta resolução trata da atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.
Art. 1º O membro do Ministério Público com atribuição em matéria de infância e juventude não-infracional deve inspecionar pessoalmente os serviços de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar sob sua responsabilidade. (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)	Art. 2º O membro do Ministério Público com atribuição em matéria de infância e juventude não-infracional deve inspecionar pessoalmente os serviços de acolhimento familiar e institucional sob sua atribuição, semestralmente, ressalvada a necessidade de comparecimento em período inferior.
<p>§ 1º Ressalvada a necessidade de comparecimento do membro do Ministério Público ao serviço ou programa de acolhimento em período inferior, a periodicidade da inspeção será semestral, adotando-se os meses de março e setembro de cada ano para as visitas, independentemente do índice populacional oficial divulgado pelo IBGE. (Redação dada pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)</p> <p>§ 2º A inspeção a ser realizada no mês de março, denominada “inspeção anual”, observará critérios de maior extensão na avaliação dos serviços de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar. (Redação dada pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)</p> <p>§ 3º O membro do Ministério Público, de posse das informações obtidas durante a inspeção, deverá adotar as medidas que entender cabíveis a fim de viabilizar a análise da situação sociofamiliar e jurídica de crianças e adolescentes em acolhimento, nos termos do artigo 19, §1º do ECA. (Redação dada pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)</p> <p>§ 4º As respectivas unidades do Ministério Público devem disponibilizar, ao menos, 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo e 01 (um) pedagogo para</p>	<p>§1º A visita do primeiro semestre será realizada nos meses de fevereiro a abril e deverá ser registrada pelo preenchimento do formulário contido nos Anexos I e/ou II desta Resolução. (G.N.)</p> <p>§2º A visita do segundo semestre será realizada nos meses de setembro a novembro, seguindo os mesmos parâmetros da visita do primeiro semestre e será registrada no formulário eletrônico contido no Anexo III. (G.N.)</p> <p>§3º Nos serviços nos quais não houver crianças e adolescentes acolhidos, <u>faculta-se</u> ao membro do Ministério Público a realização de inspeção por meio virtual, na modalidade de videoconferência, mediante a devida justificativa no formulário de inspeção que consta como Anexo desta Resolução.</p> <p>e</p> <p>Art. 5º As respectivas unidades do Ministério Público deverão disponibilizar, ao menos, 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo e 01 (um) pedagogo para acompanharem os membros do Ministério Público nas fiscalizações, adotando os mecanismos necessários para a constituição da equipe.</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

acompanharem os membros do Ministério Público nas fiscalizações, adotando os mecanismos necessários para a constituição da equipe, inclusive realizando convênios com entidades habilitadas para tanto, devendo ser justificada semestralmente, perante o Conselho Nacional do Ministério Público, a eventual impossibilidade de fazê-lo. (Anterior § 3º renumerado pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)

§ 5º Os profissionais de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia devem prestar assessoria técnica ao membro do Ministério Público na matéria de sua especialidade, com o objetivo de monitorar e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelos serviços de acolhimento para o público infanto-juvenil, observando-se, prioritariamente, os seguintes critérios para a solicitação de seus serviços: (Anterior § 4º renumerado pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)

I. Situações que demandem assessoria no processo de reordenamento dos serviços de acolhimento; (Anterior § 4º, inciso I renumerado pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)

II. Situações que demandem assessoria no processo de articulação entre os serviços de acolhimento e os responsáveis pela política de atendimento; (Anterior § 4º, inciso II renumerado pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)

III. Situações em que se dá o planejamento da implantação de serviços de acolhimento nos municípios; (Anterior § 4º, inciso III renumerado pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)

IV. Situações que demandem a avaliação dos serviços de acolhimento no contexto da política para a infância e juventude. (Anterior § 4º, inciso IV renumerado pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)

§ 6º As respectivas unidades do Ministério Público também deverão disponibilizar 01 (um) arquiteto e/ou 01 (um) engenheiro, a fim de prestarem assessoramento técnico ao membro do Ministério Público nas fiscalizações nas matérias de sua especialidade, precipuamente no que se refere à análise da estrutura física das entidades de acolhimento e à acessibilidade de pessoas com deficiência. (Anterior § 5º renumerado pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)

§ 7º A impossibilidade de constituição da equipe interdisciplinar acima referida não exime o membro do

§1º Os profissionais de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia devem prestar assessoria técnica ao membro do Ministério Público na matéria de sua especialidade, com o objetivo de monitorar e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelos serviços de acolhimento, observando-se, prioritariamente, os seguintes critérios para a solicitação de seus serviços:

I - Situações que demandem assessoria no processo de reordenamento dos serviços de acolhimento;

II - Situações que demandem assessoria no processo de articulação entre os serviços de acolhimento e os responsáveis pela política de atendimento;

III - Situações em que se dá o planejamento da implantação de serviços de acolhimento nos municípios;

IV - Situações que demandem a avaliação dos serviços de acolhimento no contexto da política para a infância e juventude.

§2º As respectivas unidades do Ministério Público também deverão disponibilizar profissionais de outras especialidades a fim de prestarem assessoramento técnico ao membro do Ministério Público nas fiscalizações nas respectivas matérias, em conformidade com as demandas apresentadas;

§3º A atividade a ser desempenhada pelas equipes técnicas, no curso da inspeção, se valerá de instrumentais próprios, a serem definidos pelos profissionais, para que seja possível a coleta das informações necessárias à elaboração do parecer técnico, sendo de responsabilidade do membro ministerial o preenchimento do formulário.

§ 4º A presença de equipes técnicas durante as inspeções não elide a necessidade da presença do membro do Ministério Público nos serviços de acolhimento;

§5º A impossibilidade de disponibilização da equipe interdisciplinar acima referida não exime o membro do Ministério Público de realizar as inspeções, na forma do estabelecido no art. 1º desta Resolução.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

<p>Ministério Público de realizar as inspeções, na forma do estabelecido no caput deste artigo. (Anterior § 6º renumerado pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)</p>	
	<p>Art. 3º O membro, ao inspecionar os serviços de acolhimento familiar e institucional, deverá verificar a sua adequação aos parâmetros normativos previstos no ECA e no documento “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, do CNAS e do Conanda, ou documento que o venha suceder, sem prejuízo da análise individualizada de cada criança ou adolescente.</p> <p>§ 1º A inspeção do serviço de acolhimento familiar deverá ser realizada em sua sede.</p> <p>§ 2º No curso das visitas de inspeção, o membro do Ministério Público deverá oportunizar o atendimento individualizado aos acolhidos que assim desejarem.</p>
<p>Art. 2º As condições dos serviços de acolhimento institucional e dos programas de acolhimento familiar em execução, verificadas durante as inspeções, devem ser objeto de relatório a ser enviado à validação da Corregedoria-Geral da respectiva unidade do Ministério Público, mediante sistema informatizado disponível no sítio do CNMP, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, no qual serão registradas as providências tomadas para a promoção do adequado funcionamento, sejam judiciais ou administrativas. (Redação dada pela Resolução nº 198, de 7 de maio de 2019)</p> <p>§ 1º O relatório será elaborado diretamente no sistema informatizado, disponível no sítio do CNMP, mediante o preenchimento de formulário padronizado, que conterá dados sobre: (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)</p> <p>I - regularização dos serviços de acolhimento institucional e dos programas de acolhimento familiar, com os necessários registros e inscrições perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)</p>	<p>Art. 4º O relatório de inspeção dos serviços de acolhimento familiar e institucional a que se refere o § 1º do artigo 1º desta Resolução deve ser enviado à Corregedoria-Geral da respectiva unidade do Ministério Público, mediante sistema informatizado disponível no sítio do CNMP, até o dia 15 de maio, no qual serão registradas as providências tomadas para a promoção do adequado funcionamento, sejam administrativas ou judiciais.</p> <p>§1º O relatório será elaborado diretamente no sistema informatizado, disponível no sítio do CNMP, mediante o preenchimento de formulário padronizado, que conterá dados sobre:</p> <p>I - perfil das crianças e adolescentes em acolhimento, periodicidade da visitação recebida e observância aos seus direitos fundamentais, preconizados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);</p> <p>II - escolarização das crianças e adolescentes em acolhimento, com a matrícula e frequência em instituição de ensino obrigatórias, com atenção a eventual déficit de</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

II - adequação das instalações físicas, recursos humanos, número de crianças e adolescentes em acolhimento e programa de atendimento, em conformidade com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), nas orientações técnicas expedidas pelo CONANDA e na normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

III - perfil das crianças e adolescentes em acolhimento, periodicidade da visita recebida, quando se encontrarem em serviços de acolhimento institucional, e observância aos seus direitos fundamentais, preconizados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)

IV - escolarização das crianças e adolescentes em acolhimento, com a matrícula e frequência em instituição de ensino obrigatórias;

V - acesso das crianças e adolescentes em acolhimento a atendimento nas redes municipais e estadual de saúde; (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)

VI - participação de crianças e adolescentes em acolhimento na vida comunitária, com a previsão de atividades externas às unidades;

VII - adoção das medidas administrativas e judiciais pelos membros do Ministério Público para a efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e adequação dos serviços e programas desenvolvidos à legislação vigente; (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)

VIII - considerações gerais e outros dados reputados relevantes.

§ 2º Da inspeção anual, sempre no mês de março, deverá resultar a apresentação de relatório, no prazo previsto no caput deste artigo, com maior detalhamento das condições antes referidas, mediante o preenchimento de formulário específico a ser acessado e enviado à validação da respectiva Corregedoria-Geral, através do mesmo sistema informatizado. (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)

§ 3º Os prazos que se encerrarem em sábado, domingo ou feriado ficarão prorrogados para o primeiro dia útil

aprendizagem;

III - acesso das crianças e adolescentes em acolhimento e suas famílias a atendimento pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

IV - acesso das crianças e adolescentes em acolhimento e suas famílias a atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com atenção ao cuidado em saúde mental, especialmente para os casos de uso significativo de substâncias entorpecentes e, ainda, de crianças e adolescentes com sequelas de reiteradas violações de direitos.

V- articulação das ações de acompanhamento intersetorial às crianças e adolescentes e família e a realização de reuniões periódicas para discussão e acompanhamento dos casos;

VI - participação de crianças e adolescentes em acolhimento na vida comunitária, com a previsão de atividades externas às unidades;

VII - inserção de adolescentes em programas de aprendizagem e qualificação profissional, em conformidade com os parâmetros legais;

VIII - adoção das medidas administrativas e judiciais pelos membros do Ministério Público para a efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e adequação dos serviços e programas desenvolvidos à legislação vigente;

IX - situação de trabalho infantil das crianças e adolescentes em acolhimento, que deverá ser comunicada ao Ministério Público do Trabalho; e

X – considerações gerais e outros dados reputados relevantes

§ 2º Caberá aos órgãos indicados no caput deste artigo o envio dos relatórios à Comissão da Infância, Juventude e Educação, mediante sistema informatizado, até o dia 31 de maio.

§ 3º Caberá aos órgãos indicados no caput deste artigo o controle periódico da realização das inspeções e a atualização do cadastro dos serviços a serem inspecionados. § 4º Os prazos que se encerrarem em sábado, domingo ou feriado ficarão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

<p>subsequente. (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)</p> <p>§ 4º Caberá às Corregedorias-Gerais, além do controle periódico das inspeções realizadas em cada unidade, o envio dos relatórios validados à Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público até o último dia útil do mês subsequente às inspeções, mediante acesso ao mesmo sistema informatizado. (Incluído pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)</p>	
<p style="text-align: center;">SEM CORRESPONDÊNCIA</p>	<p>Art. 6º O membro deverá instaurar procedimento administrativo de acompanhamento e fiscalização de instituições, na forma do art. 8º, II, da Resolução CNMP nº 174/2017, onde serão juntados os respectivos relatórios e demais atividades relacionadas. Parágrafo único. Se, no curso da atividade de fiscalização ou de acompanhamento, surgir fato revelador de lesão ou ameaça de lesão a direito, deverá o membro do Ministério Público adotar as medidas extrajudiciais e judiciais que entender cabíveis, informando-se nos autos do procedimento a que se refere o parágrafo anterior</p>
<p>Art. 3º O membro do Ministério Público na área da infância e da juventude não infracional deverá requerer, em prazo inferior a cada 06 (seis) meses, vista de todos os procedimentos administrativos existentes no âmbito dos órgãos de execução em que atue e dos processos judiciais referentes a crianças e adolescentes em acolhimento institucional ou familiar, a fim de que seja viabilizada a reavaliação das medidas protetivas aplicadas (artigo 19 do ECA).</p> <p>§ 1º Ao receber vista dos processos judiciais mencionados, o membro do Ministério Público deverá verificar se constam dos autos:</p> <p>I - guia de acolhimento expedida pela autoridade judiciária, devendo requerer a imediata juntada do documento, caso não conste dos autos;</p> <p>II - Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada criança ou adolescente em acolhimento, elaborado sob a responsabilidade de equipe interprofissional ou multidisciplinar da entidade de acolhimento com oitiva dos acolhidos e de seus pais ou responsável legal, contendo, minimamente, a previsão de atividades visando à reintegração familiar ou, caso tal providência não se mostre viável, as providências a serem adotadas para colocação em família substituta;</p> <p>III - relatório atualizado, elaborado por equipe</p>	<p>Art. 7º Visando assegurar maior articulação intersetorial da rede protetiva e a efetividade na reavaliação trimestral da medida protetiva de acolhimento, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas extrajudiciais que entender cabíveis, tais como:</p> <p>I - a realização de reuniões para a discussão de casos com os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de crianças e adolescentes, com vistas à análise qualitativa das metas do Plano de Individual de Atendimento (PIA);</p> <p>II - a realização de reuniões com os serviços de acolhimento e as suas respectivas equipes técnicas;</p> <p>III - a realização de inspeções ou visitas nos serviços de acolhimento ou em outros órgãos do SGD, a fim de identificar eventuais fragilidades estruturais e na articulação das políticas públicas que possam impactar no atendimento e na promoção de direitos de crianças e adolescentes em acolhimento e de suas famílias;</p> <p>IV - consulta aos autos dos processos judiciais de crianças e adolescentes em acolhimento, caso necessário;</p> <p>V - participação obrigatória nas audiências concentradas designadas pelo Juízo da Infância e Juventude, na forma do Provimento nº 165/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

interprofissional ou multidisciplinar nos últimos 06 (seis) meses, sobre a situação de cada criança e adolescente em acolhimento, devendo formular requerimento ao Juízo, caso tal documento não tenha sido elaborado;

IV - certidão de nascimento da criança ou adolescente.

§ 2º Visando assegurar que todas as crianças e adolescentes em acolhimento tenham as respectivas medidas protetivas reavaliadas no prazo máximo semestral, independentemente da existência de procedimento ou processo judicial individualizado, o membro do Ministério Público deverá efetuar, em caráter permanente, a verificação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) e dos respectivos cadastros estaduais e municipais, caso existentes, realizando, ainda, diligências junto às entidades de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar em sua área de atuação, com o objetivo de apurar o número exato de crianças e adolescentes em acolhimento.

§ 3º A inexistência de quaisquer dos documentos mencionados no § 1º não exime o membro do Ministério Público de analisar a situação sociofamiliar e jurídica das crianças e adolescentes em acolhimento, a cada 06 (seis) meses, devendo ser adotadas as medidas administrativas e judiciais que se mostrarem necessárias a fim de garantir a expedição e/ou elaboração de tais documentos, que têm caráter obrigatório, em conformidade com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

§ 4º Após a análise dos documentos previstos no §1º, em especial do relatório referido no inciso III, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas cabíveis visando à efetiva garantia do direito à convivência familiar das crianças e adolescentes acolhidos, promovendo, prioritariamente, pela reintegração familiar, nos casos em que tal providência se mostrar cabível, ou colocação em família substituta, observando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do relatório, para o ajuizamento de eventual ação de destituição do poder familiar (artigo 101, §10 do ECA).

§ 5º Caso o membro do Ministério Público entenda que inexistem elementos suficientes para o ajuizamento de ação de destituição do poder familiar no prazo legal fixado, deverá se manifestar, de forma fundamentada, no processo judicial da criança ou adolescente em acolhimento, especificando, de maneira detalhada, as diligências necessárias para a formação de sua

§1º Ao analisar os processos judiciais mencionados no inciso IV deste artigo, o membro do

Ministério Público deverá verificar se constam dos autos:

I – guia de acolhimento expedida pela autoridade judiciária, devendo requerer a imediata expedição e/ou juntada do documento, caso não conste dos autos;

II - Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada criança ou adolescente em acolhimento, elaborado sob a responsabilidade de equipe interprofissional ou multidisciplinar da entidade de acolhimento com oitiva dos acolhidos e de seus pais ou responsável legal, contendo, minimamente, a previsão de atividades visando à reintegração familiar ou, caso tal providência não se mostre viável, as providências a serem adotadas para colocação em família substituta;

III - relatório atualizado, elaborado pela equipe técnica do serviço de acolhimento nos últimos

03 (três) meses, sobre a situação de cada criança e adolescente em acolhimento, devendo formular requerimento ao Juízo, caso tal documento não tenha sido elaborado;

IV - certidão de nascimento da criança ou adolescente;

V - relatório fundamentado no qual conste a descrição pormenorizada das providências

tomadas e a expressa recomendação, subscrita pelos técnicos da entidade ou responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, para a destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda, na forma do artigo 101, §9º, do ECA, em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou adolescente à família de origem.

§2º Constatada a presença de crianças e adolescentes oriundos de municípios diversos da sede do serviço, o membro deverá verificar se há instrumento jurídico entre os municípios que embase o acolhimento, tendo como parâmetro mínimo a Resolução n. 31, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social.

§3º Constatando-se o acolhimento fora da comarca de origem, deve o membro responsável pela inspeção comunicar à Promotoria de Justiça respectiva para fins de acompanhamento e promoção do direito à convivência familiar e comunitária.

§4º O membro do Ministério Público oficiante na comarca de origem da criança ou adolescente acolhido, na hipótese de recebimento da comunicação mencionada no parágrafo anterior, deverá adotar todas as providências necessárias para assegurar o direito à convivência familiar e comunitária do acolhido,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

<p>convicção.</p>	<p>entre as quais verificar o procedimento de execução do acolhimento, para fins de articulação entre as redes de atendimento dos municípios, solicitação de agendamento de audiências concentradas, propositura de ação de destituição do poder familiar, se for o caso, entre outras que considerar necessárias.</p> <p>§5º Sem prejuízo da adoção das providências, de ordem individual, referidas no § 4º, também caberá ao membro do Ministério Público da comarca de origem do(a) acolhido(a) adotar providências, no âmbito coletivo, visando a fomentar a implantação de serviço de acolhimento na própria comarca, evitando-se o afastamento de crianças e adolescentes do seu território.</p> <p>§6º A inexistência de quaisquer dos documentos mencionados no § 1º não exime o membro do Ministério Público de analisar a situação sociofamiliar e jurídica das crianças e adolescentes em acolhimento, pelo menos a cada 03 (três) meses, devendo ser adotadas as medidas administrativas e judiciais que se mostrarem necessárias a fim de garantir a expedição e/ou elaboração de tais documentos, que têm caráter obrigatório, em conformidade com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).</p> <p>§7º Após a análise dos documentos previstos no §1º, em especial do relatório referido nos incisos III e V, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas cabíveis visando à efetiva garantia do direito à convivência familiar das crianças e adolescentes acolhidos, promovendo, prioritariamente, pela reintegração familiar, nos casos em que tal providência se mostrar cabível, ou colocação em família substituta, observando-se o prazo legal de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento do relatório, para o ajuizamento de eventual ação de destituição do poder familiar (artigo 101, §10, do ECA).</p> <p>§8º Caso o membro do Ministério Público entenda que inexistem elementos suficientes para o ajuizamento de ação de destituição do poder familiar no prazo legal fixado, deverá se manifestar, de forma fundamentada, no processo judicial da criança ou adolescente em acolhimento, especificando, de maneira detalhada, as diligências necessárias para a formação de sua convicção.</p>
<p>Art. 4º Ao receber, pela primeira vez, vista dos autos judiciais referentes à situação de crianças e adolescentes acolhidos, instruídos com os documentos mencionados no artigo 3º, §1º da presente resolução, sem que haja</p>	<p>Art. 8º Ao receber, pela primeira vez, vista dos autos judiciais referentes à situação de crianças e adolescentes em acolhimento, instruídos com os documentos mencionados no artigo 6º, § 1º, da presente resolução,</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

<p>ação proposta, o membro do Ministério Público deverá verificar se estão presentes os elementos mínimos para o ajuizamento de ação judicial contenciosa em face dos pais ou responsável legal, a fim de garantir o direito ao exercício do contraditório e ampla defesa, após o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, na forma prevista no artigo 101, § 2º do ECA.</p> <p>Parágrafo único – Em não havendo elementos suficientes a autorizar a aplicação da medida excepcional de acolhimento, o membro do Ministério Público tomará as providências necessárias à promoção da reintegração familiar, sem prejuízo do encaminhamento da família da criança/adolescente para programas e serviços destinados à sua orientação, apoio e acompanhamento posterior do caso e do ajuizamento de outras ações cabíveis.</p>	<p>sem que haja ação proposta, o membro do Ministério Público deverá verificar se estão presentes os elementos mínimos para o ajuizamento de ação judicial contenciosa em face dos pais ou responsável legal, a fim de garantir o direito ao exercício do contraditório e ampla defesa, após o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, na forma prevista no artigo 101, § 2º, do ECA.</p> <p>Parágrafo único. Em não havendo elementos suficientes a autorizar a aplicação da medida excepcional de acolhimento, o membro do Ministério Público tomará as providências necessárias à promoção da reintegração familiar, sem prejuízo do encaminhamento da família da criança/adolescente para programas e serviços destinados à sua orientação, apoio e acompanhamento posterior do caso e do ajuizamento de outras ações cabíveis.</p>
	<p>Art. 4º As respectivas unidades do Ministério Público deverão disponibilizar, ao menos, 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo e 01 (um) pedagogo) para acompanharem os membros do Ministério Público nas fiscalizações, adotando os mecanismos necessários para a constituição da equipe.</p> <p>§ 1º Os profissionais de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia devem prestar assessoria técnica ao membro do Ministério Público na matéria de sua especialidade, com o objetivo de monitorar e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelos serviços de acolhimento, observando-se, prioritariamente, os seguintes critérios para a solicitação de seus serviços:</p> <p>I - Situações que demandem assessoria no processo de reordenamento dos serviços de acolhimento;</p> <p>II - Situações que demandem assessoria no processo de articulação entre os serviços de acolhimento e os responsáveis pela política de atendimento;</p> <p>III - Situações em que se dá o planejamento da implantação de serviços de acolhimento nos municípios;</p> <p>IV - Situações que demandem a avaliação dos serviços de acolhimento no contexto da política para a infância e juventude.</p> <p>§ 2º As respectivas unidades do Ministério Público também deverão disponibilizar profissionais de outras especialidades a fim de prestarem assessoramento técnico ao membro do Ministério Público nas fiscalizações nas respectivas matérias, em conformidade</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

	<p>com as demandas apresentadas;</p> <p>§3º A atividade a ser desempenhada pelas equipes técnicas, no curso da inspeção, se valerá de instrumentais próprios, a serem definidos pelos profissionais, para que seja possível a coleta das informações necessárias à elaboração do parecer técnico, sendo de responsabilidade do membro ministerial o preenchimento do formulário.</p> <p>§ 4º A presença de equipes técnicas durante as inspeções não elide a necessidade da presença do membro do Ministério Público nos serviços de acolhimento;</p> <p>§ 5º A impossibilidade de disponibilização da equipe interdisciplinar acima referida não exime o membro do Ministério Público de realizar as inspeções, na forma do estabelecido no art. 1º desta Resolução.</p>
<p>Art. 5º Nos casos de crianças e adolescentes em acolhimento institucional sem receberem qualquer visitação por período superior a 02 (dois) meses, ressalvadas as hipóteses em que haja decisão judicial suspendendo tal visitação, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas que entender cabíveis para efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária dos acolhidos, promovendo, preferencialmente, gestões junto à entidade de acolhimento e aos programas e serviços integrantes da política destinada à efetivação do direito à convivência familiar, no sentido da localização dos pais, apuração das causas da falta de visitação e estímulo à sua realização.</p> <p>Parágrafo único. Em sendo constatada a falta de interesse dos pais na realização das visitas, poderão ser propostas as ações judiciais cabíveis, observado o disposto no artigo 3º, §5º deste ato.</p>	<p>Art. 9º Nos casos de crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional sem receberem qualquer visitação por período superior a 02 (dois) meses, ressalvadas as hipóteses em que haja decisão judicial determinando a sua suspensão, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas que entender cabíveis para efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária dos acolhidos, promovendo, preferencialmente, gestões junto à entidade de acolhimento e aos programas e serviços integrantes da política destinada à efetivação do direito à convivência familiar, no sentido da apuração das causas da falta de visitação.</p> <p>Parágrafo único. Em sendo constatada a falta de interesse dos pais na realização das visitas, poderão ser propostas as ações judiciais cabíveis, observado o disposto no artigo 6º, § 5º, deste ato.</p>
<p>Art. 6º Nas hipóteses em que a permanência da criança ou adolescente em entidade de acolhimento exceder o prazo de 02 (dois) anos, por estarem esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar ou, não sendo esta possível, a colocação em família substituta, o membro do Ministério Público deverá adotar todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a garantia à convivência familiar e comunitária do acolhido, dando-se preferência ao seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, na forma prevista no artigo 50, § 11º do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>§ 1º Caso haja adolescente na hipótese supra</p>	<p>Art. 10. Nas hipóteses em que a permanência da criança ou adolescente em serviço de acolhimento institucional exceder o prazo de 18 (dezoito) meses, por estarem esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar ou, não sendo esta possível, a colocação em família substituta, o membro do Ministério Público deverá adotar todas as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para a garantia à convivência familiar e comunitária do acolhido, dando-se preferência ao seu encaminhamento a serviço de acolhimento familiar, na forma prevista no artigo 50, § 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente, tais como:</p> <p>I - a busca permanente pela família extensa;</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

<p> mencionada, o membro do Ministério Público deverá zelar para que a equipe interprofissional ou multidisciplinar que acompanha o caso esteja adotando as medidas necessárias para o fortalecimento de sua autonomia, a garantia de sua escolarização e profissionalização, nesta última hipótese apenas se tiver idade superior a 14 (quatorze) anos, na forma da lei vigente.</p> <p>§ 2º O membro do Ministério Público também deverá zelar para que a equipe interprofissional ou multidisciplinar que acompanha o caso esteja envidando esforços para a formação de vínculos afetivos para os adolescentes, em programas conhecidos como de “apadrinhamento afetivo”, caso existente.</p>	<p>II - inserção em programas de visibilidade para adoção, inclusive a busca ativa;</p> <p>III - inserção em programas de apadrinhamento;</p> <p>IV - busca permanente e fortalecimento de vínculos comunitários;</p> <p>V- inserção de adolescentes em programas de aprendizagem e de qualificação profissional, respeitada a respectiva faixa etária.</p> <p>VI - traçar estratégias no PIA para a autonomia do adolescente, inclusive financeira;</p> <p>VII - o reordenamento dos serviços socioassistenciais.</p> <p>Parágrafo único. A inserção de adolescentes em programas de aprendizagem e qualificação profissional, nos termos do inciso V, poderá ser efetivada independentemente do prazo previsto no caput.</p>
<p>Art. 7º Tendo em vista a interdisciplinariedade peculiar à atuação na área da infância e juventude, o membro do Ministério Público, se entender conveniente, poderá participar de reuniões realizadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes (Conselhos Municipais de Direitos da Criança, Conselhos Tutelares, gestores municipais das áreas de assistência social, saúde e educação, dirigentes de entidades de acolhimento e respectivas equipes técnicas, responsáveis pelos programas de acolhimento familiar, coordenadores de CRAS e CREAS, dentre outros), a fim de obterem maiores subsídios para a reavaliação semestral das medidas protetivas, na forma prevista no art. 3º da presente resolução, bem como fomentar a implementação de políticas públicas voltadas para a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.</p>	<p>Art. 7º Visando assegurar maior articulação intersetorial da rede protetiva e a efetividade na reavaliação trimestral da medida protetiva de acolhimento, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas extrajudiciais que entender cabíveis, tais como:</p> <p>I - a realização de reuniões para a discussão de casos com os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de crianças e adolescentes, com vistas à análise qualitativa das metas do Plano de Individual de Atendimento (PIA);</p> <p>II - a realização de reuniões com os serviços de acolhimento e as suas respectivas equipes técnicas;</p> <p>III - a realização de inspeções ou visitas nos serviços de acolhimento ou em outros órgãos do SGD, a fim de identificar eventuais fragilidades estruturais e na articulação das políticas públicas que possam impactar no atendimento e na promoção de direitos de crianças e adolescentes em acolhimento e de suas famílias;</p> <p>(...)</p>
	<p>Art. 8º Ao receber, pela primeira vez, vista dos autos judiciais referentes à situação de crianças e adolescentes em acolhimento, instruídos com os documentos mencionados no artigo 6º, § 1º, da presente resolução, sem que haja ação proposta, o membro do Ministério</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

	<p>Público deverá verificar se estão presentes os elementos mínimos para o ajuizamento de ação judicial contenciosa em face dos pais ou responsável legal, a fim de garantir o direito ao exercício do contraditório e ampla defesa, após o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, na forma prevista no artigo 101, § 2º, do ECA.</p> <p>Parágrafo único. Em não havendo elementos suficientes a autorizar a aplicação da medida excepcional de acolhimento, o membro do Ministério Público tomará as providências necessárias à promoção da reintegração familiar, sem prejuízo do encaminhamento da família da criança/adolescente para programas e serviços destinados à sua orientação, apoio e acompanhamento posterior do caso e do ajuizamento de outras ações cabíveis.</p>
<p>Art. 8º O membro do Ministério Público, observada a sua atribuição específica, deverá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis visando à efetiva implementação da política municipal de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente através da instalação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) no âmbito dos Municípios e dos programas tipificados para o atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e proteção dos direitos infantojuvenis.</p>	<p>Art. 11. O membro do Ministério Público, observada a sua atribuição específica, deverá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis visando à efetiva implementação da política municipal de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, fomentando a implementação e expansão de políticas públicas municipais no âmbito da assistência social, cultura, lazer, esporte, profissionalização.</p>
<p>Art. 9º Em virtude do disposto no artigo 50, §11º do ECA, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis visando à efetiva implementação dos programas de acolhimento familiar no âmbito dos Municípios, em conformidade com a legislação vigente e com a normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</p>	<p>Art. 12. Em virtude do disposto nos artigos 34, § 1º, e 50, § 11, ambos do ECA, na Recomendação CNMP nº 82/21 e a Recomendação Conjunta CNJ/CNMP/MDS/MPO/MDHC/CNAS/CONANDA n. 2/2024, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis visando à efetiva implementação dos serviços de acolhimento familiar no âmbito dos Municípios, em conformidade com a legislação vigente e com a normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</p>
<p>Art. 10. Nas hipóteses em que estiverem esgotadas as possibilidades de reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento, sendo recomendável a colocação em família substituta, na modalidade de adoção, o membro do Ministério Público deverá zelar pela criteriosa observância da ordem de convocação dos habilitados existentes no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e no respectivo cadastro estadual, quando existente.</p>	<p>Art. 13. O membro do Ministério Público deverá efetuar, em caráter permanente, a fiscalização do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), observando inclusive a regular expedição da guia de acolhimento, por ocasião do ingresso, e de desligamento, por ocasião do desacolhimento da criança ou adolescente.</p> <p>§ 1º Nas hipóteses em que estiverem esgotadas as possibilidades de reintegração familiar de crianças e</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

<p>Parágrafo único. Caso não se verifiquem as hipóteses previstas no artigo 50, §13 do ECA, que possibilitam, em caráter excepcional, a adoção de criança e adolescente por pessoa ou casal não habilitado em cadastro, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas judiciais que entender cabíveis, com fundamento em parecer técnico interdisciplinar.</p>	<p>adolescentes em acolhimento, sendo recomendável a colocação em família substituta, na modalidade de adoção, o membro do Ministério Público deverá zelar pela criteriosa observância da ordem de convocação dos habilitados existentes no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e no respectivo cadastro estadual, quando existente.</p> <p>§ 2º Para fins de cumprimento do caput desse artigo, caberá ao membro do Ministério Público com atribuição habilitar-se no SNA, solicitando a criação de perfil ao Centro de Apoio Operacional respectivo, caso necessário.</p> <p>§ 3º Caso não se verifiquem as hipóteses previstas no artigo 50, § 13, do ECA, que possibilitam, em caráter excepcional, a adoção de criança e adolescente por pessoa ou casal não habilitado em cadastro, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas judiciais que entender cabíveis, com fundamento em parecer técnico interdisciplinar.</p> <p>§ 4º Nas hipóteses do parágrafo anterior, o membro do Ministério Público deverá priorizar a imediata colocação em família acolhedora ou substituta, considerando a excepcionalidade do acolhimento institucional e a especificidades da primeira infância</p>
<p>Art. 11. Em virtude da vedação legal contida no artigo 153, parágrafo único do ECA, o membro do Ministério Público não deverá ajuizar Procedimentos de Aplicação de Medida Protetiva (PAMPs), Pedidos de Providência (PPs), Procedimentos Verificatórios (PVs) ou quaisquer outros procedimentos de natureza judicialiforme para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em acolhimento, em que não esteja garantido o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa pelos pais ou responsável legal dos acolhidos.</p> <p>§ 1º Na hipótese de existirem quaisquer dos procedimentos acima mencionados em trâmite perante os Juízos com competência para a matéria de infância e juventude, o membro do Ministério Público poderá propor as ações judiciais que entender cabíveis, em consonância com a legislação vigente, requerendo a extinção dos procedimentos de natureza judicialiforme, cuja cópia poderá instruir as ações que serão ajuizadas.</p> <p>§ 2º Nos casos de procedimentos de natureza judicialiforme em trâmite perante os Juízos com competência para a matéria de infância e juventude versando exclusivamente sobre atribuições inerentes ao</p>	<p>Art. 14. Em virtude da vedação legal contida no artigo 153, parágrafo único, do ECA, o membro do Ministério Público não deverá ajuizar medida de natureza judicialiforme para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em acolhimento em que não esteja garantido o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa pelos pais ou responsável legal dos acolhidos.</p> <p>§ 1º Na hipótese de existirem quaisquer dos procedimentos acima mencionados em trâmite perante os Juízos com competência para a matéria de infância e juventude, o membro do Ministério Público poderá propor as ações judiciais que entender cabíveis, em consonância com a legislação vigente, requerendo a extinção dos procedimentos de natureza judicialiforme, cuja cópia poderá instruir as ações que serão ajuizadas.</p> <p>§ 2º Nos casos de procedimentos de natureza judicialiforme em trâmite perante os Juízos com competência para a matéria de infância e juventude versando exclusivamente sobre atribuições inerentes ao Conselho Tutelar, o membro do Ministério Público poderá requerer a extinção de tais procedimentos, com a remessa de cópia integral ao referido órgão municipal,</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Conselho Tutelar, o membro do Ministério Público poderá requerer a extinção de tais procedimentos, com a remessa de cópia integral ao referido órgão municipal, caso ainda se verifique a hipótese de incidência do artigo 98 do ECA, a exigir o acompanhamento do caso.	caso ainda se verifique a hipótese de incidência do artigo 98 do ECA, a exigir o acompanhamento do caso.
SEM CORRESPONDÊNCIA	Art. 15. O membro do Ministério Público deverá primar pelo cumprimento do art. 136, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, assegurando-se, sempre que possível, que o Conselho Tutelar faça previamente as comunicações de casos que demandem o afastamento da convivência familiar, a fim de observar a aplicação da medida de acolhimento, por meio de procedimento judicial contencioso.
Art. 12. O membro do Ministério Público deverá, sempre que possível, comparecer às assembleias e reuniões realizadas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito dos Municípios e do Estado, visando acompanhar e fiscalizar a deliberação de políticas públicas.	Art. 16. O membro do Ministério Público deverá, sempre que possível, comparecer às assembleias e reuniões realizadas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito dos Municípios e do Estado, visando acompanhar e fiscalizar a deliberação de políticas públicas, especialmente as voltadas à concretização do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.
Art. 13. A aprovação das futuras modificações do conteúdo dos formulários que padronizam os relatórios das inspeções será de atribuição da Comissão da Infância e Juventude, que promoverá as respectivas adequações, sempre que necessárias à realidade da atividade fiscalizatória dos serviços e programas de convivência familiar e comunitária. (Redação dada pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)	Art. 17. A aprovação das futuras modificações do conteúdo dos formulários que padronizam os relatórios das inspeções será de atribuição da Comissão da Infância, Juventude e Educação, que promoverá as respectivas adequações, sempre que necessárias à realidade da atividade fiscalizatória dos serviços de acolhimento.
Art. 14. Os Centros de Apoio Operacional na área da infância e da Juventude ou, caso inexistentes, qualquer outro órgão da administração da unidade do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal indicado pela Chefia Institucional, encaminharão ao Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, listagem contendo os nomes de todas as entidades de acolhimento e programas de acolhimento familiar existentes nos Municípios, com a indicação dos órgãos ministeriais com atribuição para exercício da respectiva fiscalização.	Art. 18. Os membros do Ministério Público com atribuição para a fiscalização dos serviços de acolhimento deverão comunicar à respectiva Corregedoria-Geral do Ministério Público o início, a suspensão e o encerramento das atividades das instituições sob a sua responsabilidade, a fim de manter atualizada a base de dados do Sistema de Resoluções do CNMP. Parágrafo único. Na hipótese de início de atividades de serviços de acolhimento, deverão ser prestadas à Corregedoria- Geral do Ministério Público as informações necessárias para o cadastramento no referido sistema.
Art. 15. A Comissão Permanente da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público remeterá a cada unidade do Ministério Público, no prazo de 90 (noventa) dias, manual de instruções sobre a utilização do sistema informatizado e formulários referidos nos dispositivos anteriores. (Revogado pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013)	SEM CORRESPONDÊNCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Art. 16. A Comissão Permanente da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público apresentará, em plenário, relatório anual referente às fiscalizações referidas no art. 2º desta Resolução, com o objetivo de propor medidas de aprimoramento da atuação do Ministério Público na área.	Art. 19. A Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público apresentará, em plenário, relatório anual referente às fiscalizações referidas no art. 1º desta Resolução, bem como disponibilizará painel digital interativo para visualização e análise dos dados sistematizados, com o objetivo de propor medidas de aprimoramento da atuação do Ministério Público na área.
Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011.

3) Orientações para solicitação de apoio técnico na realização das inspeções:

Com relação aos pedidos de apoio técnico para fins de realização de inspeções em serviços de acolhimento, a Instrução Normativa PGJ nº 03/2024 (anexa), publicada no diário oficial de 12/07/2024, regulamenta a atuação funcional da **Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico (GEMAT)** e dispõe sobre o procedimento para requerimentos de pedidos de apoio técnico e estabelece outras providências referentes ao seu corpo técnico.

Quanto ao referido instrumento normativo, merecem atenção especial os artigos 3º (atribuições da GEMAT), 5º (solicitação de apoio técnico), 6º (reunião de instrução prévia), 10 (admissibilidade) e 11 (atendimento prioritário). É importante observar a antecedência mínima de 5 dias quanto às solicitações para participação dos servidores da GEMAT em atividades externas (art. 7º). Ainda, nos termos do artigo 16, *“Os órgãos que contam com apoio técnico especializado, devem fazer uso de seu quadro de servidores para atenderem as demandas, seguindo as diretrizes da Portaria SUBADM nº 789/2023 publicada no Diário Oficial Eletrônico de 17/07/2023 e da Portaria SUBADM nº 1170/2023 publicada no Diário Oficial Eletrônico de 10/10/2023”*.

Conforme artigo 4º, inciso II, da multicitada instrução normativa, **os pedidos de apoio técnico devem ser feitos por meio do sistema SIM**, no âmbito do(s) **Procedimento(s) Administrativo(s)** de acompanhamento e fiscalização de instituições, conforme art. 6º da Resolução nº 293 do CNMP. Segue tutorial:

FLUXO DA SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE TÉCNICA AO GEMAT

Existem três formas de fazer a Solicitação de Análise Técnica:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- 1) Diretamente através do perfil “Gabinete” por meio da tarefa “Analisar Procedimento” ou do botão “Manifestar”;
- 2) Por Despacho, através da tarefa Cumprir Despacho;
- 3) Ou através de Diligência determinada na Portaria de Instauração do procedimento através da tarefa Registrar Tarefas.

01) Diretamente através do perfil Gabinete.

Clique na tarefa “Analisar Procedimento” ou no botão “Manifestar”. Na sequência, escolha a opção “Análise Técnica” (CMATI, NIMPE, NAF...). Observe que os setores mencionados dentro dos parênteses representam apenas alguns dos setores possíveis (rol inicialmente exemplificativo). A opção de escolha do setor denominado GEMAT será dada na página seguinte). Após marcar o campo “Análise Técnica”, clique em Concluir:

Análise

Escolha a providência a ser tomada:

- ☐ Despacho
- ☐ Carta Precatória
- ☒ Análise Técnica (GEMAT, NIMPPE, NAF ou Equipe Técnica Multidisciplinar da Infância e Juventude da Capital)
- ☐ Ajuizamento de ação
- ☐ Promoção de Arquivamento
- ☐ Elaborar TAC
- ☐ Recomendação
- ☐ Aditamento a Portaria
- ☐ Declinação de atribuição
- ☐ Encaminhar procedimento a Órgão Externo ou outra Promotoria (com ofício ou memorando)
- ☐ Desmembrar

Concluir Cancelar

Na tela seguinte, escolha a opção “GEMAT” e depois o botão “próximo”. Observe que a lista que compõe o rol varia de acordo com a promotoria demandante. Contudo, a opção GEMAT aparecerá independentemente de qual seja a promotoria solicitante.

Destinatário

Selecione o responsável:

- ☐ Salg / Petr - 1ª E 2ª Circ - Equipe Técnica Contabilidade
- ☐ Caruaru - Equipe Técnica de Pedagogia
- ☒ Recife - Gemat (Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico)
- ☐ Paulista - Equipe Técnica de Psicologia
- ☐ Recife - Naf (Núcleo de Apoio À Família)
- ☐ Jaboatão - 13ª Circ - Equipe Técnica Contabilidade
- ☐ Olinda - Equipe Técnica Multidisciplinar
- ☐ Recife - Equipe Técnica Multidisciplinar da Infância E Juventude
- ☐ Recife - 9ª Pjdc - Equipe Técnica Contabilidade
- ☐ Palm / Cabo - 7ª E 8ª Circ - Equipe Técnica Contabilidade
- ☐ Olinda - 9ª Circ - Equipe Técnica Contabilidade
- ☐ Recife - 10ª Pjdc - Equipe Técnica Contabilidade
- ☐ Arcov / Garan - 4ª E 5ª Circ - Equipe Técnica Contabilidade
- ☐ Jaboatão - Equipe Técnica Psicossocial
- ☐ Recife - Nupia - Equipe Técnica Multidisciplinar
- ☐ Caruaru - Equipe Técnica de Psicologia
- ☐ Recife - Assessoria Pedagógica Educação
- ☐ Recife - Equipe Técnica Multidisciplinar do Idoso
- ☐ Equipe Técnica Gaeco Capital
- ☐ Equipe Técnica Gaeco Agreste



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

No passo seguinte, informe o tipo de prioridade, que poderá ser “Normal” ou “Urgente”:

Opção 1:

Prioridade

Confirme a prioridade:

- ☒ Normal
- ☐ Urgente

Opção 2:

Prioridade

Confirme a prioridade:

- ☐ Normal
- ☒ Urgente

O motivo da urgência deve ser justificado de acordo com as alternativas elencadas no [artigo 39 do Regimento Interno do GAT \(prov. 35/15\)](#)

Descreva o motivo da urgência (ver art. 39, prov. 35/15).

Obs.: Caso escolha a segunda opção, justifique o motivo da urgência. A **justificativa do pedido de urgência é obrigatória**.

O usuário será guiado para a redação da minuta de “Solicitação de Análise Técnica”, onde deverá informar quais os quesitos que gostaria de ter respondidos e/ou as informações que gostaria de obter.

Uma vez concluída a minuta, clique no botão “Próximo”. O sistema vai indagar se deseja tornar a minuta definitiva ou continuar depois. Se não houver pendências, clique em “Tornar essa minuta definitiva” e, depois, no botão “Concluir”. Uma tarefa com o nome de Encaminhar Solicitação de Análise Técnica será gerada, conforme abaixo:

Visão ampla:

Redação Minuta

Solicitação de Análise Técnica

DP 02136.000.002/2024

Resumo

1. Ação escolhida foi Análise Técnica

2. Solicitação de Análise Técnica Urgente registrada com sucesso

3. Redigida minuta de Análise Técnica referente ao procedimento número 02136.000.002/2024

Próximas tarefas para o procedimento

DP Encaminhar Solicitação de Análise Técnica

Gabinete

Pendente Para amanhã



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Visão ampliada:

Próximas tarefas para o procedimento



Encaminhar Solicitação de Análise Técnica



Gabinete

Essa tarefa será apenas para a confirmação do envio, então uma vez acessada, clique no botão “Concluir”, e sua solicitação será encaminhada, gerando uma tarefa de controle de prazo com o nome de Controlar Retorno de Análise Técnica (acesse a guia de “Tarefas” do procedimento de origem e você vai encontrar), que servirá basicamente para acompanhar o decurso do prazo e que quando a análise for feita e encaminhada de volta pelo setor técnico, sumirá automaticamente.

Encaminhamento de Análise Técnica

Solicitação de Análise Técnica



Clique em próximo para confirmar o encaminhamento.

Encaminhamento

A Análise Técnica será encaminhada para :

Recife - Gemat (gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico)

A próxima etapa já é de responsabilidade da secretaria da GEMAT:

Encaminhamento de Análise Técnica

Solicitação de Análise Técnica

Resumo

1. Solicitação de Análise Técnica encaminhada com sucesso.

Próximas tarefas para o procedimento



Distribuir Demanda
GEMAT - Secretaria



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

02) Através do fluxo de “Despacho”; e 03) Através de Diligência em Portaria.

Em ambos os casos, no menu de selecionar o tipo de tarefa que gostaria de fazer, escolha a opção Análise Técnica (lembre-se de usar a barra de rolagem para acessar todas as opções de tarefas), depois que passar à tela seguinte, siga os passos do item “01)” da parte de escolher o setor técnico para o qual encaminhará a solicitação em diante.

Etapa 01:

Providência

Escolha a providência a ser tomada:

- ☒ Criar tarefas do despacho: diligências, audiência, carta precatória, análise técnica, aguardar decurso de prazo, desmembrar
- ☐ Somente aguardar decurso de prazo
- ☐ Ajuizamento de ação
- ☐ Promoção de arquivamento com remessa ao CSMP
- ☐ Elaborar TAC
- ☐ Recomendação
- ☐ Aditamento a Portaria
- ☐ Declinação de atribuição
- ☐ Encaminhar procedimento a Órgão Externo ou outra Promotoria (com ofício ou memorando)



As audiências eventualmente determinadas só podem ser marcadas até o prazo desta NF (21/08/2024).

☐ Prorrogar este procedimento

Executor:

Cartório

Prioridade:

Normal

☐ Delegar para um integrante do grupo responsável pela próxima tarefa

Etapa 02:

Resumo

1. A ação escolhida foi Despacho.
2. Minuta encaminhada para redação.
3. O encaminhamento escolhido foi Tornar essa minuta definitiva.
4. **ATENÇÃO:** se foram realizadas todas as tarefas determinadas no despacho, clique na tarefa “Cumprir despacho” abaixo para encerrá-la.

Próximas tarefas para o procedimento



Cumprir despacho

Cartório



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Etapa 03:

Operação

Escolha uma operação:

- ☒ Acrescentar nova tarefa
- ☐ Finalizar cumprimento de despacho

Identificação

Tipo de tarefa:

(Selecione uma opção)

Grupo da tarefa:

(Selecione uma opção)

Prioridade:

Normal

Detalhamento:

Etapa 04:

Operação

Escolha uma operação:

- ☒ Acrescentar nova tarefa
- ☐ Finalizar cumprimento de despacho

Identificação

Tipo de tarefa:

(Selecione uma opção)

- Outras providências (prazo para terceiros opcional)
- Aguardar decurso de prazo
- Vistoria
- Averiguação
- Condução Coercitiva
- Análise técnica (GAT, NIMP ou Biomédico)**
- Carta precatória
- Desmembramento